Nome	Grupo	Data início do contrato
Jorge Aníbal Limpo de Lacerda Correia da Silva	110	18/10/2013
José António Góis Marques	999	04/11/2013
Lara Teixeira Arrais da Silva Cascais	999	25/10/2013
Lia Carla Salles Rangel	999	24/10/2013
Lina Sofia Rilo Domingues Luís	300	21/11/2013
Paula Cristina Torção Pereira de Moura	510	20/09/2013
Maria Gabriela Rolão Viegas Ramrath	100	01/09/2013
Mónica Alexandra Lourenço Mota	100	06/06/2014
Néllida Marta Duarte Martins Teixeira	910	01/09/2013
Patrícia Isabel de Brito Carvalho	999	04/11/2013
Ricardo Nuno Glória Jordão	420	18/10/2013
Rita João Carvalho Nunes Reis	910	04/10/2013
Rui Filipe Baleiras Mendes	910	04/10/2013
Sandra Emilia Miranda Cavaco	420	04/10/2013
Sofia Martins Fernandes	350	28/10/2013
Susana Maria da Palma Coelho Aires Mendonça	520	01/09/2013
Verónica do Céu Afonso Bicho	999	28/10/2013

16 de dezembro de 2014. — O Diretor, *Carlos Alberto Antunes Fernandes*.

208307452

Agrupamento de Escolas Michel Giacometti, Sesimbra

Aviso n.º 14372/2014

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, faz-se público que se encontra afixada no placard da Escola Básica 2,3/S Michel Giacometti a lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento Vertical de Escolas Michel Giacometti, com referência a 31 de agosto de 2014.

Nome	Grupo	QZP	Índice
António Moreira Ricardo	500 — Matemática	07	167
Rui Pedro da Silva Miranda	230 — Matemática e Ciências da Natureza	01	167

12 de dezembro de 2014. — O Diretor, *Sérgio Manuel Moreira Almeida*.

208306804

Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil, Baião

Despacho n.º 15572/2014

Nomeação do Coordenador Técnico

Nos termos do disposto no artigo 60 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por meu despacho, o Assistente Técnico, Luís Miguel da Fonseca Azevedo, é nomeado como Coordenador Técnico em mobilidade interna intercategorias, a partir de 01 de julho de 2014.

15 de dezembro de 2014. — O Diretor, *Carlos Alberto Martins Carvalho*.

208303783

Agrupamento de Escolas de Vale do Tamel, Barcelos

Aviso n.º 14374/2014

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, conjugado com artigo 132.º, do ECD, torna-se público que se encontra afixada na sala dos professores da Escola sede deste Agrupamento e respetivas escolas do 1.º Ciclo e Pré-escolar a Lista de Antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2014.

Em harmonia com o n.º 1 do artigo 96.º do citado decreto-lei, os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

15 de dezembro de 2014. — O Diretor, *Paulo Sampaio*.

208304447

De acordo com o artigo 36.º do referido decreto-lei, os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

12 de dezembro de 2014. — O Diretor, *Eduardo Jorge Pato Cruz*.
208304496

Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira

Despacho n.º 15571/2014

O Presidente do Conselho Administrativo no uso da faculdade que lhe foi delegada pelos membros do Conselho Administrativo e de acordo com artigo 37.º do CPA, subdelega, sem possibilidade de subdelegação, as competências previstas na alínea c) do artigo 38.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, no Vice-presidente José Abílio de Oliveira Coimbra e Vale, para autorizar a realização de despesas e respetivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade de gestão.

A subdelegação referida produz efeitos reportados a 21/05/2013.

16 de dezembro de 2014. — O Presidente do Conselho Administrativo, *Alcides José de Sousa Sarmento*.

208309161

Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia

Aviso n.º 14373/2014

Lista de nomeados QZP 2014-2015

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, faz-se público o provimento no Quadro de Zona Pedagógica, no ano letivo de 2014/2015 com efeitos a 1 de setembro de 2014:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

Contrato n.º 635/2014

Contrato-programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Ano letivo de 2013-2014

O Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 18 987/2009 de 6 de agosto, publicado no *Diário da República* n.º 158 de 17 de agosto, de acordo com o previsto no n.º 2 do seu artigo 4.º, prevê a atualização anual do valor da comparticipação do Ministério da Educação e Ciência.

Considerando que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares sucede, nas atribuições, à Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, conforme disposto na alínea c) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, procede-se nesta adenda à atualização do primeiro outorgante.

Adenda

Entre:

Primeiro outorgante: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com o número de identificação de pessoa coletiva n.º 600086020, representada por João Manuel Tavares Passarinho, Delegado Regional

de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, adiante designado como primeiro outorgante; e

Segundo outorgante: Município de Alpiarça com o número de pessoa coletiva n.º 501133097 representado por Mário Fernando A. Pereira, Presidente da Câmara, adiante designado como segundo outorgante;

é celebrada a presente adenda ao Contrato do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que se rege pelo disposto no Regulamento de acesso ao financiamento deste Programa, aprovado pelo Despacho n.º 22 251/2005, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 205, de 25 de outubro, bem como pelo artigo 4.º do Despacho n.º 18 987/2009 de 6 de agosto, publicado no *Diário da República* n.º 158 de 17 de agosto e, ainda, pela cláusula seguinte.

Cláusula Única

A cláusula 3.ª do contrato-programa, no contexto do ano letivo 2013/2014, passa a ter a seguinte redação:

Comparticipação financeira

1 — O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através duma participação correspondente a 50 % do valor da refeição abatido do preço a pagar pelo aluno de acordo com a legislação em vigor, no valor de 0,08 euros por aluno, num universo previsto de 234 alunos abrangidos, prevendo-se o valor máximo de financiamento de 3.369,60 €.

2 — O segundo outorgante compromete-se a registar trimestralmente na aplicação informática disponibilizada pelo primeiro outorgante o número de refeições efetivamente servidas, por escola e por escalão, que servirá de base ao cálculo da participação efetiva.

3 — A transferência da verba referida na cláusula anterior efetua-se conforme estabelecido na 4.ª cláusula do Contrato Programa, em 3 prestações, sendo calculado o valor da 1.ª e da 2.ª por estimativa do número de refeições servidas e calculado o valor da 3.ª prestação a partir da participação por refeição inerente ao número total de refeições servidas no ano letivo, abatido dos valores transferidos nas prestações anteriores.

18 de março de 2014. — Pelo Primeiro Outorgante, o Delegado Regional de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, *João Manuel Tavares Passarinho*. — Pelo Segundo Outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, *Mário Fernando A. Pereira*.

208305792

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Vila Real

Despacho n.º 15573/2014

Delegação e subdelegação de competências do Diretor de Segurança Social, do Centro Distrital de Vila Real, do Instituto de Segurança Social, I. P., Lic. José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, na Diretora da Unidade de Prestações e Contribuições, Lic. Maria Manuela Fernandes Sanches.

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 17.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pela Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, e dos que me foram delegados pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P., através da Deliberação n.º 611/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 3 de março, delego e subdelego, sem prejuízo dos poderes de avocação, com a faculdade de poder subdelegar, na Diretora da Unidade de Prestações e Contribuições, Lic. Maria Manuela Fernandes Sanches, a competência para a prática dos seguintes atos:

1 — Competências Genéricas:

1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da Unidade, incluindo a dirigida aos Tribunais, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, às Direções-Gerais, aos Institutos Públicos, às Câmaras Municipais e à Provedoria de Justiça;

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.3 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do plano anual e o gozo de férias interpoladas;

1.4 — Despachar os pedidos de justificação de faltas ou ausências dos colaboradores sob a sua dependência;

1.5 — Proceder à colocação e autorizar a mobilidade do pessoal no âmbito da área de intervenção da Unidade;

1.6 — Autorizar as deslocações em serviço do pessoal afeto à Unidade.

1.7 — Autorizar a comparência do pessoal da Unidade perante os Tribunais ou outras entidades oficiais;

1.8 — Autorizar a realização e o pagamento das despesas inerentes a deslocações, mediante prévio cabimento orçamental, designadamente as ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável;

2 — Competências específicas, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

2.1 — Na área das Prestações:

2.1.1 — Decidir sobre o reconhecimento de direitos e a atribuição, revisão, suspensão, cessação e pagamento:

2.1.1.1 — Das prestações sistema de segurança social e dos seus subsistemas, no âmbito da competência do Centro Distrital, exceto as constantes no artigo 30.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, e as que se referem nos artigos 23.º e 25.º da Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio;

2.1.1.2 — Dos processos de criação do próprio emprego;

2.1.1.3 — Das prestações ou compensações pecuniárias relacionadas com a redução temporária do período normal de trabalho, com a suspensão dos contratos de trabalho ou com a cessação dos mesmos contratos;

2.1.1.4 — Das situações de doença direta;

2.1.1.5 — Dos subsídios, retribuições, participações e prestações compensatórias de subsídios de férias e de Natal e outras de natureza análoga;

2.1.1.6 — Dos subsídios de funeral, de renda de casa e de lar aos profissionais de seguros;

2.1.1.7 — Dos processos no âmbito dos instrumentos internacionais em matéria de segurança social;

2.1.1.8 — Dos processos de atribuição de benefícios complementares previstos em regulamentos especiais;

2.1.2 — Decidir os processos relativos à ausência de domicílio e exercício de atividade profissional dos beneficiários na situação de incapacidade temporária;

2.1.3 — Organizar, instruir e acompanhar os pedidos de reembolso de prestações de doença, pagas a beneficiários por atos de responsabilidade de terceiros;

2.1.4 — Receber, instruir e elaborar o projeto de decisão final dos procedimentos relativos aos pedidos de pagamento de créditos, emergentes do contrato de trabalho, garantidos pelo Fundo de Garantia Salarial;

2.1.5 — Despachar os processos de verificação, reavaliação e recurso de incapacidades temporárias e permanentes, bem como de situações de dependência e deficiência, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 360/97, de 17 de dezembro;

2.1.6 — Despachar os pedidos de insuficiência económica no âmbito do Serviço de Verificação de Incapacidades;

2.1.7 — Despachar os processos de verificação de incapacidades temporárias dos beneficiários a receber prestações de desemprego e às requeridas pela entidade empregadora, nos termos previstos na lei;

2.1.8 — Despachar os processos de verificação de incapacidades permanentes para o trabalho, com vista à atribuição de prestações que exijam esse requisito;

2.1.9 — Despachar os processos de verificação da aptidão para o trabalho, exigidos para o enquadramento no regime de seguro social voluntário;

2.1.10 — Despachar os pedidos de justificação de falta de comparência dos interessados aos exames médicos para que foram convocados, bem como dos médicos seus representantes;

2.1.11 — Promover as ações médicas no âmbito do sistema de verificação de incapacidades;

2.1.12 — Autorizar a realização de exames médicos em estabelecimentos onde o interessado se encontre ou no seu domicílio;

2.1.13 — Determinar a revisão oficiosa das incapacidades, sempre que haja indícios de irregularidades ou as circunstâncias o aconselhem;

2.1.14 — Autorizar as despesas com transporte em ambulâncias para a realização de exames médicos;

2.1.15 — Autorizar o pagamento das participações devidas aos beneficiários pela participação dos médicos nas comissões de recurso e de reavaliação;

2.1.16 — Emitir notas de reembolso de despesas efetuadas com o financiamento das comissões de recurso quando o parecer for desfavorável ao requerente;